

ECOFEMINISMO AFROMOÇAMBICANO COMO ATITUDE EPISTEMOLÓGICA: CORPO, TERRA E IMPLICAÇÃO NAS POÉTICAS MOÇAMBICANAS

AFRO-MOZAMBICAN ECOFEMINISM AS AN EPISTEMOLOGICAL STANCE: BODY, LAND, AND
ENTANGLEMENT IN MOZAMBICAN POETICS

RESUMO

O ecofeminismo, como campo de reflexão, demanda leituras situadas que considerem as especificidades históricas, culturais e epistemológicas dos contextos em que é mobilizado. Nesse sentido, este artigo propõe a noção de ecofeminismo afromoçambicano como uma atitude epistemológica, a partir da análise das poéticas de Noémia de Sousa, Paulina Chiziane, Deusa d'África e Sónia Sultuane. O objetivo é compreender como, nesses textos, as relações entre humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade se configuram como modos de produção de conhecimento, e não apenas como temas. A metodologia é qualitativa, de natureza interpretativa, baseada na leitura crítica dos poemas "A mulher que ria à vida e à morte", "Sorte e azar", "Quando o Céu Abrir" e "Sou os olhos do Universo", em diálogo com aportes do ecofeminismo, da decolonialidade e das epistemologias do Sul. Os resultados indicam que, em Noémia de Sousa, configura-se uma ontologia da continuidade; em Paulina Chiziane, evidencia-se a tensão produzida pela colonialidade do saber; em Deusa d'África, observa-se a radicalização dessa ruptura em escala cósmica; e, em Sónia Sultuane, uma inflexão ontológica que reconfigura o sujeito como cosmos. Conclui-se que o ecofeminismo afromoçambicano constitui uma epistemologia da implicação, afirmando modos de conhecer, sentir e existir que se estruturam a partir da continuidade e da relação, e não da separação entre os seres.

Palavras-chave: Deusa d'África. Ecofeminismo afromoçambicano; Noémia de Sousa; Paulina Chiziane; Sónia Sultuane.

ABSTRACT

Ecofeminism, as a field of reflection, calls for situated readings that take into account the historical, cultural, and epistemological specificities of the contexts in which it is mobilized. In this sense, this article proposes the notion of Afro-Mozambican ecofeminism as an epistemological stance, based on the analysis of the poetics of Noémia de Sousa, Paulina Chiziane, Deusa d'África, and Sónia Sultuane. The aim is to understand how, in these texts, the relationships between the human, the more-than-human nature, ancestry, and spirituality are configured as modes of knowledge production rather than merely as thematic elements. The methodology is qualitative and interpretative, grounded in the critical reading of the poems "A mulher que ria à vida e à morte", "Sorte e azar", "Quando o Céu Abrir", and "Sou os olhos do

Joranaide Alves Ramos

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). Docente do Centro Universitário do Rio São Francisco (UniRios). Orcid: 0000-0002-0046-5436. E-mail: joranaide.alvesramos@gmail.com

Universo”, in dialogue with contributions from ecofeminism, decolonial thought, and Southern epistemologies. The results indicate that, in Noémia de Sousa, an ontology of continuity is established; in Paulina Chiziane, the tensions produced by the coloniality of knowledge are foregrounded; in *Deusa d’África*, this rupture is radicalized on a cosmic scale; and, in Sónia Sultuane, an ontological inflection reconfigures the subject as cosmos. It is concluded that Afro-Mozambican ecofeminism constitutes an epistemology of implication, affirming ways of knowing, feeling, and existing grounded in continuity and relationality, rather than in separation between beings.

Keywords: *Deusa d’África*. Afro-Mozambican ecofeminism; Noémia de Sousa; Paulina Chiziane; Sónia Sultuane.

Introdução

Nas últimas décadas, o ecofeminismo tem se consolidado como um campo de reflexão que articula as relações entre gênero, natureza e poder, evidenciando como a exploração do meio ambiente e a opressão das mulheres se inscrevem em uma mesma lógica de dominação. No entanto, grande parte dessas formulações teóricas foi produzida no âmbito do Norte global, a partir de contextos históricos e epistemológicos específicos, o que demanda a problematização de seus limites quando mobilizadas para a leitura de produções literárias situadas no Sul global. Nesse sentido, torna-se fundamental investigar como outras matrizes de pensamento, enraizadas em cosmocepções distintas, elaboram formas próprias de compreender a relação entre humano, natureza e existência.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo, ao propor a noção de ecofeminismo afro-moçambicano como uma atitude epistemológica, e não apenas como um campo temático. Tal perspectiva parte do reconhecimento de que, nas poéticas moçambicanas, as relações entre corpo, terra, ancestralidade e espiritualidade não se configuram como elementos isolados ou representacionais, mas como dimensões constitutivas de modos de conhecer e de existir. Assim, além de identificar a presença de temas associados ao ecofeminismo, busca-se compreender como essas produções literárias instauram outras epistemologias, fundadas na implicação, na continuidade e na interdependência entre os seres.

Para tanto, o artigo tem como objetivo analisar como o ecofeminismo afro-moçambicano se manifesta nas poéticas de Noémia de Sousa (1926-2002), Paulina Chiziane (1955), *Deusa d’África* (1987) e Sónia Sultuane (1971), a partir da análise dos poemas “A mulher que ria à vida e à morte” (*Sangue negro*, 2016), “Sorte e azar” (*Canto dos escravizados*, 2018), “Quando o Céu Abrir” (*A voz das minhas entranhas*, 2014) e “Sou os olhos do Universo” (*O lugar das ilhas*, 2021), respectivamente. A escolha desse corpus se justifica pela potência com que essas obras articulam dimensões ontológicas, epistemológicas e políticas, permitindo entrever diferentes modos de elaboração da relação entre humano e mais-que-humano no contexto moçambicano.

Do ponto de vista metodológico, a análise se fundamenta em uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, ancorada na leitura crítica dos textos literários em diálogo com aportes teóricos do ecofeminismo, da decolonialidade e das epistemologias do Sul. Nesse percurso, mobilizam-se, de forma tensionada e não subordinada, contribuições como a ética relacional, a crítica à colonialidade do saber e a noção de transcorporalidade, articulando-as à proposta de ecofeminismo afromoçambicano desenvolvida nesta pesquisa.

A organização do artigo segue um percurso analítico que acompanha diferentes inflexões dessa atitude epistemológica. Inicialmente, discute-se, a partir da poesia de Noémia de Sousa, a constituição de uma ontologia da continuidade, na qual corpo, terra e ancestralidade se articulam em um mesmo circuito vital. Em seguida, analisa-se, na obra de Paulina Chiziane, a tensão produzida pela colonialidade do saber, evidenciando a deslegitimação e, simultaneamente, a persistência dos saberes ancestrais. Na sequência, a poesia de Deusa d'África é mobilizada para compreender a radicalização dessa tensão, que se projeta em uma escala cósmica, configurando uma cosmoética atravessada por conflito, justiça e reordenação. Por fim, examina-se, na poesia de Sónia Sultuane, uma inflexão que desloca a crítica para o plano ontológico, propondo uma reexistência fundada na expansão do sujeito e na sua implicação com o cosmos.

Ao articular essas diferentes poéticas, o estudo busca evidenciar que o ecofeminismo afromoçambicano não se apresenta como um campo homogêneo, mas como um espaço múltiplo, atravessado por tensões e deslocamentos, no qual se elaboram modos diversos de enfrentar e reconfigurar a lógica colonial, antropocêntrica e dicotômica. É a partir dessa pluralidade que se torna possível compreender o ecofeminismo não apenas como crítica, mas como produção de epistemologias outras, capazes de reinscrever o conhecimento como experiência relacional, situada e profundamente implicada com a vida.

Ecofeminismo afromoçambicano: uma atitude epistemológica

O ecofeminismo, em suas formulações mais difundidas, tem se consolidado como um campo teórico que articula as relações entre ecologia e gênero, evidenciando as intersecções entre as violências dirigidas aos corpos das mulheres e aquelas que incidem sobre a natureza mais-que-humana. No entanto, apesar de sua expansão geográfica e conceitual, esse campo ainda se ancora, majoritariamente, em epistemologias hegemônicas, que pouco reconhecem ou incorporam os modos de conhecer, sentir e existir oriundos de África. É nesse deslocamento crítico que se inscreve o ecofeminismo afromoçambicano, não como uma derivação temática do ecofeminismo, mas como uma inflexão epistemológica que emerge de cosmo percepções situadas, enraizadas nas experiências históricas, culturais e espirituais de Moçambique.

Conforme evidenciado em minha tese de doutoramento (Ramos, 2025), a constituição desse conceito está vinculada à compreensão de que, nas cosmopercepções afro-moçambicanas, humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade não se organizam em campos separados, mas integram um mesmo ciclo vital e sagrado, cuja dinâmica relacional fundamenta práticas éticas, sociais e simbólicas próprias. Nesse sentido, o ecofeminismo afro-moçambicano desloca o foco da análise da representação da natureza ou da denúncia das violências ecológicas para a problematização dos próprios regimes de conhecimento que sustentam tais separações, propondo um modo outro de pensar o mundo, no qual conhecer implica estar em relação.

Tal perspectiva torna-se ainda mais significativa quando situada no contexto histórico moçambicano, marcado por processos violentos de colonização, escravização, exploração econômica e epistemicídio, que não apenas submeteram corpos e territórios, mas também deslegitimaram saberes, cosmologias e práticas ancestrais. Como se observa, globalmente, a colonialidade operou por meio da imposição de uma racionalidade que hierarquizou conhecimentos e instituiu dicotomias estruturantes – natureza/cultura, humano/mais-que-humano, corpo/espírito –, fragmentando modos de existência que, anteriormente, se organizavam de forma relacional. Nesse cenário, o ecofeminismo afro-moçambicano emerge como uma epistemologia de resistência, que não apenas denuncia tais rupturas, mas reinscreve, poética e politicamente, formas de conhecimento baseadas na continuidade, na implicação e na coexistência.

Desse modo, o ecofeminismo afro-moçambicano se afirma como uma prática epistêmica que se realiza, sobretudo, no interior das produções simbólicas, em especial na poesia de autoria feminina. Nesse contexto, a linguagem poética não se limita a representar o mundo, mas constitui um espaço de elaboração de saberes, no qual se manifestam, de maneira sensível e complexa, as cosmopercepções que sustentam a vida coletiva. É por meio dessa dimensão que as poéticas de autoras como Noémia de Sousa, Paulina Chiziane, Sónia Sultuane e Deusa d'África, entre outras vozes fundamentais da tradição moçambicana, se configuram como territórios de produção epistemológica, nos quais se articulam corpo, natureza, memória e espiritualidade em uma lógica de interdependência.

Assim, ao propor o ecofeminismo afro-moçambicano como uma atitude epistemológica, este estudo parte do princípio de que a teoria não antecede o texto, mas emerge dele como resposta interpretativa, reconhecendo a literatura como um espaço legítimo de produção de conhecimento. Trata-se, portanto, de compreender que as poéticas analisadas não apenas tematizam a relação entre mulheres e natureza, mas instauram modos outros de conhecer e de habitar o mundo, nos quais a existência se dá como vínculo, a identidade como relação e o saber como experiência compartilhada entre humanos e mais-que-humanos.

É nesse horizonte que se torna possível compreender que o ecofeminismo afro-moçambicano não se inaugura apenas nas produções contemporâneas que explicitamente articulam natureza, corpo e espiritualidade, mas encontra suas raízes em uma tradição poética anterior, na qual já se delineiam modos outros de

existir e de conhecer. Antes mesmo de se configurar como conceito, essa atitude epistemológica manifesta-se como experiência sensível e como forma de inscrição do mundo, especialmente na poesia que emerge em contextos de luta, resistência e afirmação identitária.

Nesse sentido, a obra de Noémia de Sousa constitui um ponto de partida fundamental para a compreensão desse campo, não por tematizar diretamente o que se convencionou chamar de ecofeminismo, mas por já instaurar uma ontologia que rompe com a lógica moderna de separação entre sujeito, corpo e mundo. Sua poesia, profundamente marcada pelo contexto colonial e pelas lutas de libertação moçambicanas, elabora uma concepção de existência em que o indivíduo não se constitui de forma isolada, mas em relação contínua com a coletividade, com a terra e com os antepassados.

Ontologia da continuidade e ancestralidade em Noémia de Sousa

Antes de se constituir como formulação conceitual, o ecofeminismo afromoçambicano pode ser compreendido como uma atitude epistemológica que emerge no interior das práticas poéticas de resistência, especialmente naquelas produzidas em contextos de violência colonial e de luta por autodeterminação. Nesse sentido, a poesia de Noémia de Sousa ocupa um lugar fundacional, não por tematizar explicitamente as relações entre mulher e natureza, mas por instaurar, por meio de suas estratégias de produção poética, um modo de conhecer que se ancora na coletividade, na memória e na implicação entre corpo, terra e ancestralidade.

Como já demonstrado, trata-se de uma poesia marcada por um tom épico, coletivo e combativo, que convoca o povo moçambicano à luta por liberdade, ao mesmo tempo em que reinscreve, poeticamente, memórias e ancestralidades africanas silenciadas pelo processo colonial. Essa dimensão não se restringe ao conteúdo dos poemas, mas se materializa na própria construção do sujeito poético, que frequentemente se desloca do “eu” para um “nós”, configurando uma voz coletiva que transforma a experiência individual em experiência partilhada (Ramos; Freitas, 2023). Tal estratégia não apenas tensiona a noção moderna de sujeito, mas também instaura uma epistemologia na qual o conhecimento não é produzido de forma isolada, mas no interior de uma comunidade histórica, cultural e espiritual.

Essa inscrição do coletivo como fundamento da enunciação articula-se, ainda, à constituição de terra, corpo e voz como territórios de [r]existência, isto é, como espaços simbólicos e concretos nos quais se inscrevem as lutas contra a colonialidade e se afirmam formas outras de existência. Ao corporificar a terra, ao territorializar o corpo e ao politizar a voz, a poesia de Noémia de Sousa desloca o estatuto desses elementos, retirando-os da condição de objeto e reinscrevendo-os como sujeitos de experiência e de saber (Ramos; Freitas, 2023). Trata-se, portanto, de uma poética que não apenas denuncia a expropriação colonial, mas reconfigura epistemologicamente as

relações entre humanos e mais-que-humanos, antecipando, de modo sensível, aquilo que, neste estudo, se compreende como ecofeminismo afromoçambicano.

Essa dimensão torna-se particularmente visível quando se observa que a poesia de Noémia de Sousa não apenas historiciza a violência colonial, mas também elabora, em sua linguagem, uma ontologia relacional que resiste à fragmentação imposta pela modernidade. Nesse sentido, ao inscrever o corpo como território político e a terra como extensão da vida coletiva, sua poética rompe com as dicotomias que sustentam a colonialidade do saber – natureza/cultura, corpo/espírito, indivíduo/comunidade – e propõe, em seu lugar, uma lógica de continuidade e implicação. Tal movimento, como se observa, não é apenas estético, mas profundamente epistemológico, pois reorganiza os modos de conhecer e de habitar o mundo.

É a partir desse horizonte que se torna possível compreender o poema “A mulher que ria à vida e à morte”¹:

Para lá daquela curva
os espíritos ancestrais me esperam.
Breve, muito breve
tomarei o meu lugar entre os antepassados

À terra deixarei os despojos do meu corpo inútil
as unhas córneas de todos os labores
este invólucro sulcado pela aranha dos dias

Enquanto não falo com a voz do nyanga
cada aurora é uma vitória
saúdo-a com o riso irreverente do meu secreto triunfo

Oyo, oyo, vida!
Para lá daquela curva
os espíritos ancestrais me esperam

(*Sangue Negro*, 2016, p. 138)

A leitura do poema “A mulher que ria à vida e à morte” permite ver, de maneira sensível e estruturante, um dos fundamentos do que se compreende, neste estudo, como ecofeminismo afromoçambicano: a inscrição da existência em uma lógica de continuidade entre corpo, terra, ancestralidade e espiritualidade. Ao afirmar que “tomarei o meu lugar entre os antepassados”, o eu poético não projeta a morte como ruptura, mas como passagem e reintegração, evidenciando uma concepção de existência que se organiza de forma cíclica e relacional, em contraposição à linearidade moderna e à fragmentação ontológica instituída pelo pensamento ocidental. Nesse sentido, a morte deixa de ser compreendida como cessação e passa a ser pensada

¹ Este poema encontra-se na seção “Dispersos”, integrante da obra *Sangue Negro*. Anteriormente, foi publicado em: COELHO, Carlos Pinto. *De tanto olhar: “A meu ver”*. Porto: Campo das Letras, 2002.

como deslocamento de estado, como reinscrição do ser em um circuito mais amplo de pertencimento, no qual o indivíduo não se dissolve, mas se rearticula no coletivo ancestral.

Essa compreensão se desdobra ao longo do poema, especialmente quando o corpo é devolvido à terra – “À terra deixarei os despojos do meu corpo inútil” –, gesto que não indica descarte, mas reinscrição no ciclo vital. O corpo, aqui, não é entendido como entidade autônoma e encerrada em si mesma, mas como matéria transitória, atravessada pelo tempo, figurado na imagem da “aranha dos dias”, que tece e corrói simultaneamente, e destinada a retornar àquilo que o constitui. Nesse movimento, a terra não é cenário ou recurso, mas princípio e destino, configurando-se como extensão do próprio corpo e, portanto, como parte constitutiva da existência. Essa dissolução das fronteiras entre corpo e mundo aproxima-se do que Stacy Alaimo (2017) denomina como transcorporalidade, conceito que enfatiza a materialidade dos fluxos entre corpos humanos e mais-que-humanos. No entanto, no contexto afrotoçambicano, essa relação não se apresenta como descoberta teórica recente, mas como princípio ontológico já inscrito nas cosmopercepções ancestrais. O que se observa, assim, é uma ontologia que desfaz a centralidade do humano como instância separada e dominante, instaurando uma lógica de continuidade material e simbólica entre os seres.

Tal operação poética produz um deslocamento epistemológico profundo: ao dissolver as fronteiras entre humano e mais-que-humano, o poema desestabiliza o regime moderno de conhecimento, fundado na exterioridade do sujeito em relação ao mundo, e instaura uma epistemologia da implicação, na qual conhecer não é representar, mas participar. Nesse ponto, é possível estabelecer um diálogo crítico com a ética relacional proposta por Val Plumwood (1993), que, ao criticar os dualismos estruturantes da modernidade, defende a necessidade de reconhecer a interdependência entre humano e natureza sem, contudo, eliminar a diferença entre esses termos. Para Plumwood (1993), a superação da lógica do domínio implica a construção de uma relação não hierárquica com o outro mais-que-humano, preservando, entretanto, a alteridade como condição ética.

No entanto, a poética de Noémia de Sousa, tal como se evidencia neste poema, parece operar em um regime ainda mais radical, no qual a própria distinção entre sujeito e mundo se torna porosa. Ao reinscrever o corpo no ciclo da terra e ao afirmar a continuidade com os antepassados, o poema não apenas propõe uma ética relacional, mas encarna uma ontologia da continuidade, na qual a separação entre os termos deixa de ser o ponto de partida. A cosmopercepção que emerge no poema parte da relação como condição originária da existência.

Essa diferença é decisiva para a compreensão do ecofeminismo afrotoçambicano. A partir do horizonte teórico de Plumwood (1993), compreende-se que a ética relacional se configura como resposta crítica à lógica da dominação ocidental; na poesia de Noémia de Sousa evidencia-se a presença de um regime de conhecimento que não deriva da crítica à separação, mas que se constitui, desde sempre, como continuidade. Trata-se, portanto, não apenas de superar dualismos, mas de reconhecer a existência de epistemologias que nunca se organizaram a partir deles.

Além disso, a presença dos “espíritos ancestrais” como destino e horizonte da existência reforça a dimensão comunitária e espiritual do viver, deslocando a centralidade do sujeito individual para uma rede mais ampla de pertencimento. Não se trata apenas de uma ampliação simbólica da existência, mas de uma reconfiguração de suas bases ontológicas: o sujeito só existe porque está em relação com os vivos, com os mortos, com a terra, com o invisível. Nesse contexto, conhecer não é um ato de distanciamento, mas de inserção; não é um exercício de domínio, mas de reconhecimento de vínculos. A menção ao “nyanga”, como figura de saber tradicional, intensifica essa dimensão ao inscrever no poema outra racionalidade, em que cura, espiritualidade e conhecimento não se dissociam, mas se articulam como práticas integradas de leitura do mundo.

É precisamente nesse ponto que a poesia de Noémia de Sousa pode ser compreendida como fundacional para a reflexão aqui empreendida. Ao inscrever o corpo no ciclo da terra e ao afirmar a continuidade com os antepassados, o poema não apenas resiste às epistemologias coloniais que fragmentam e hierarquizam os modos de existir, mas também reinstaura uma lógica relacional que sustenta a ética de coexistência observada nas poéticas moçambicanas posteriores. Como afirmo em minha tese (Ramos, 2025, p. 12), trata-se de reconhecer que essas produções “constituem um espaço epistemológico e político oriundo das relações [...] que unem mulheres, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade”, configurando-se como lugares de produção de saber e não apenas de representação estética.

Desse modo, ao tomar a poesia de Noémia de Sousa como ponto de partida, não se pretende inseri-la retrospectivamente em um campo teórico que lhe é posterior, mas reconhecer, em sua escrita, a presença de uma atitude epistemológica que antecede e sustenta o ecofeminismo afromoçambicano. Sua poética evidencia que há modos de conhecer que não se fundam na separação, mas na continuidade; não na objetificação, mas na pertença; não na ruptura, mas na circularidade. É a partir desse chão ontológico que se torna possível compreender, posteriormente, as tensões, rupturas e reconfigurações que atravessam as obras de Paulina Chiziane, Sónia Sultuane e Deusa d’África, nas quais o ecofeminismo afromoçambicano se explicita, de maneira mais direta, como atitude epistemológica.

Colonialidade do saber e ruptura epistemológica em Paulina Chiziane

Se, na poesia de Noémia de Sousa, delineia-se um horizonte ontológico fundado na continuidade entre corpo, terra, ancestralidade e espiritualidade, em “Sorte e azar” (2018, p. 141-142), de Paulina Chiziane:

I
Matar um elefante dá azar
Ajoelhar e orar na árvore sagrada dá sorte
Matar uma andorinha dá azar

Cruzar-se com um rinoceronte no caminho dá sorte
 Urinar ou defecar na nascente de um rio dá um azar tal
 Que o homem perde a virilidade e se transforma em mulher

Com mitos se educa o imaginário popular
 Ensina-se a não poluir os altares da natureza
 A reconhecer a presença de Deus em cada canto
 Esse Deus nosso que tem todas as formas

II

Perante o fuzil do conquistador
 Estes mitos e crenças se tornaram ridículos
 A sabedoria popular foi combatida, julgada menor
 Mas a verdade, sempre teimosa, vem à superfície

III

Sofremos azares pelos vultos dos animais mortos nas caçadas
 Pelos espíritos das árvores derrubadas nas florestas do mundo
 E vingam-se as almas dos mares mortos com descargas tóxicas
 Insurgem-se as almas dos peixes asfixiados na poluição dos oceanos

Vivemos uma era de azares ambientais à escala planetária
 Secas, mudanças climáticas, aquecimento global, degelos
 Por não querer aprender do povo o que dá sorte ou azar
 Não há dúvida: a voz do povo é a voz de Deus!

Esse horizonte é tensionado pela irrupção da colonialidade, que não apenas desorganiza os modos de vida, mas, sobretudo, deslegitima os regimes de conhecimento que sustentam essa ontologia relacional. A passagem de uma poética da continuidade para uma poética da ruptura não implica, contudo, a substituição de um paradigma por outro, mas evidencia o conflito entre epistemologias: de um lado, o saber ancestral, fundado na implicação entre os seres; de outro, a racionalidade colonial, que fragmenta, hierarquiza e inferioriza.

Esse gesto crítico não é dissociável da trajetória intelectual, política e existencial da própria autora. Nascida em Moçambique, em um contexto profundamente marcado pela violência colonial portuguesa, Paulina Chiziane inscreve em sua obra as marcas de uma experiência histórica atravessada pela luta, pela resistência e pela reconfiguração identitária. Sua participação na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) não se constitui apenas como dado biográfico, mas como dimensão estruturante de sua poética, na medida em que sua obra se constrói como espaço de elaboração das tensões entre tradição e modernidade, entre saberes ancestrais e imposições coloniais, entre o vivido e o imposto.

Nesse sentido, sua obra não apenas tematiza a condição das mulheres africanas ou denuncia as violências coloniais, mas atua como prática de reconfiguração

epistemológica, ao reinscrever no campo literário formas de conhecimento historicamente marginalizadas. Ao ser reconhecida como a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, Chiziane não apenas inaugura uma presença feminina no sistema literário nacional, mas desloca os próprios fundamentos desse sistema, ao introduzir vozes, experiências e cosmopercepções que tensionam a lógica dominante de produção do saber. Sua obra se caracteriza por uma linguagem que articula densidade crítica e enraizamento cultural, produzindo uma escrita que se situa simultaneamente no campo estético e no campo político (Ramos; Freitas, 2023).

Essa articulação torna-se ainda mais significativa quando se observa que, em Chiziane, assim como em Sousa, o literário não se dissocia do comunitário. Suas narrativas e textos poéticos frequentemente se estruturam a partir de vozes múltiplas, saberes partilhados e experiências coletivas, deslocando a centralidade do sujeito individual para uma dimensão mais ampla de pertencimento. Tal movimento, como proponho em minha tese, aproxima-se daquilo que se pode compreender como ecofeminismo afromoçambicano, na medida em que reinscreve o conhecimento não como produção isolada, mas como experiência situada, relacional e atravessada por vínculos entre humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade.

Nesse horizonte, a escrita de Chiziane pode ser compreendida como espaço de [r] existência epistemológica, no qual se confrontam e se rearticulam diferentes regimes de saber. Ao recuperar mitos, crenças e práticas culturais frequentemente deslegitimadas pelo olhar colonial, sua obra não apenas preserva essas formas de conhecimento, mas as reinscreve como alternativas críticas à racionalidade moderna. Trata-se, portanto, de uma escrita que não apenas representa o mundo, mas o reinterpreta a partir de outras matrizes epistemológicas, evidenciando que o saber não se limita aos parâmetros ocidentais, mas se constitui também nas experiências vividas, nos corpos, nos territórios e nas memórias coletivas.

É nesse sentido que o gesto crítico presente em “Sorte e azar” se revela profundamente coerente com o conjunto de sua obra. Ao tensionar a desqualificação dos mitos e afirmar sua persistência como forma de conhecimento, o poema materializa, em linguagem poética, aquilo que atravessa toda a produção de Chiziane: a recusa da inferiorização dos saberes ancestrais e a afirmação de sua potência como epistemologia. Assim, sua escrita se configura como um lugar de enfrentamento à colonialidade do saber e, simultaneamente, como espaço de reinscrição de uma lógica relacional que sustenta o ecofeminismo afromoçambicano como atitude epistemológica.

Essa dimensão é explicitada quando o poema afirma que “com mitos se educa o imaginário popular”, deslocando o mito da condição de narrativa fictícia para a de dispositivo epistemológico. O mito, aqui, não é superstição, mas pedagogia; não é ilusão, mas forma de transmissão de saber. Ao ensinar “a não poluir os altares da natureza” e “a reconhecer a presença de Deus em cada canto”, esse sistema reinscreve a natureza como espaço sagrado e, simultaneamente, como instância normativa, reguladora das práticas humanas. Nesse contexto, o divino não se localiza em uma transcendência apartada do mundo, mas se manifesta na própria materialidade da existência – “esse Deus nosso que tem todas as formas” –, reafirmando uma cosmopercepção que

recusa as dicotomias entre matéria e espírito, natureza e cultura. Tal concepção aproxima-se, em certa medida, da ética relacional, pensada por Plumwood (1993). No entanto, enquanto Plumwood propõe a superação dessas dicotomias a partir de uma reconfiguração ética das relações, a poética de Chiziane evidencia que, no contexto afro-moçambicano, tais separações não se constituem apenas como problema filosófico, mas como efeito histórico de um processo de dominação que institui hierarquias entre saberes e modos de existência.

É precisamente essa epistemologia que será violentamente desqualificada na segunda parte do poema, quando “perante o fuzil do conquistador / estes mitos e crenças se tornaram ridículos”. A imagem do fuzil não opera apenas como símbolo de dominação territorial, mas como metáfora da violência epistêmica que acompanha o processo colonial, experiência histórica vivida e reelaborada pela própria autora. O que está em jogo não é apenas a imposição de um poder político, mas a deslegitimação de formas outras de saber, rebaixadas à condição de inferioridade – “a sabedoria popular foi combatida, julgada menor”. Nesse movimento, a colonialidade do saber se manifesta como dispositivo de hierarquização epistemológica, que institui a racionalidade ocidental como única forma legítima de conhecimento, ao mesmo tempo em que silencia, marginaliza e ridiculariza os saberes ancestrais.

Como aponta María Lugones (2014), a colonialidade não opera apenas sobre o conhecimento, mas também sobre os corpos e as relações de gênero, instaurando um sistema que reorganiza hierarquicamente as formas de existência. Nesse sentido, a violência epistemológica evidenciada por Chiziane articula-se a uma reconfiguração colonial do próprio lugar das mulheres, tornando inseparáveis as dimensões de gênero, saber e natureza.

Nesse movimento, a colonialidade do saber se manifesta como dispositivo de hierarquização epistemológica, que institui a racionalidade ocidental como única forma legítima de conhecimento, ao mesmo tempo em que silencia, marginaliza e ridiculariza os saberes ancestrais. Como apontam as reflexões reunidas por Edgardo Lander (2005), trata-se de um processo no qual a experiência europeia é universalizada como modelo normativo, enquanto outras formas de conhecimento são convertidas em “arcaicas, primitivas, tradicionais”. Nesse sentido, a desqualificação dos mitos no poema não é apenas simbólica, mas parte de uma operação histórica mais ampla de naturalização de um regime de saber que separa, hierarquiza e exclui.

Entretanto, o poema recusa a ideia de apagamento definitivo ao afirmar que “a verdade, sempre teimosa, vem à superfície”. Essa insistência do saber ancestral em emergir, apesar das tentativas de supressão, revela sua potência como epistemologia resistente, que persiste não apenas na memória, mas nas próprias condições materiais da existência, dimensão recorrente na obra de Chiziane, que frequentemente reinscreve corpos e territórios como espaços de [r]existência frente às violências coloniais e patriarcais (Ramos, Freitas, 2023).

É o que se explicita na terceira parte do poema, quando os efeitos da ruptura entre humano e natureza se manifestam sob a forma de “azares” ambientais: a morte dos animais, a derrubada das árvores, a poluição dos mares e dos oceanos

são apresentados não como eventos isolados, mas como respostas, quase vinganças, de um mundo violentado. Nesse ponto, a leitura do poema alcança uma dimensão crítica ainda mais incisiva: ao associar as crises ambientais contemporâneas – “secas, mudanças climáticas, aquecimento global, degelos” – à recusa de aprender com o saber popular, Chiziane estabelece uma relação direta entre a colonialidade do saber e a crise ecológica planetária.

O que se evidencia, portanto, é que a destruição da natureza não decorre apenas de práticas econômicas predatórias, mas de uma ruptura epistemológica que separa o humano do mundo que o sustenta. Nesse sentido, a crítica implícita no poema aproxima-se da denúncia de Plumwood (1993) à lógica de domínio que transforma a natureza em objeto, mas a ultrapassa ao evidenciar que tal lógica está historicamente vinculada à colonialidade do saber. Não se trata apenas de uma crise da relação entre humano e natureza, mas de uma crise produzida por um regime epistemológico que, ao universalizar suas categorias, deslegitima outras formas de conhecer e, conseqüentemente, outras formas de existir no mundo. Assim, a crise ecológica contemporânea aparece, no poema, como efeito direto da imposição de uma racionalidade que rompeu com os vínculos que sustentavam uma ética de coexistência.

É nesse sentido que a poesia de Paulina Chiziane pode ser compreendida como um momento de explicitação daquilo que, em Noémia de Sousa, se apresentava como fundamento ontológico. Se, em Sousa, a continuidade entre corpo, terra e ancestralidade se manifesta como condição de existência, em Chiziane essa continuidade aparece como saber ameaçado, tensionado pela violência colonial e, ao mesmo tempo, reafirmado como alternativa epistemológica diante da crise contemporânea.

Assim, o ecofeminismo afromoçambicano se revela não apenas como uma ética de coexistência, mas como uma crítica radical aos regimes de conhecimento que sustentam a separação entre humano e natureza, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de epistemologias que nunca se organizaram a partir dessa ruptura. Trata-se, portanto, não apenas de propor uma nova relação com o mundo, mas de reconhecer e reinscrever formas de saber que foram historicamente silenciadas, configurando uma epistemologia da implicação na qual viver, conhecer e cuidar se tornam dimensões indissociáveis da experiência.

Cosmoética em tensão: radicalização e justiça cósmica em Deusa d'África

Se, em Noémia de Sousa, delineia-se o fundamento ontológico da continuidade entre corpo, terra e ancestralidade, e, em Paulina Chiziane, essa continuidade é atravessada pela violência da colonialidade do saber, na poesia de Deusa d'África observa-se um deslocamento que intensifica e tensiona essas matrizes: a cosmoética deixa de se configurar apenas como princípio de interdependência para assumir a forma de um campo de forças, no qual a interdependência não se apresenta como

harmonia originária, mas como relação tensionada pela história, evidenciando que os vínculos entre humano, natureza mais-que-humana e cosmos foram atravessados por processos de ruptura impostos pela colonialidade do saber.

Esse movimento, contudo, não se constitui de forma linear ou sucessiva, mas pode ser compreendido como rizomático, na medida em que a poesia de Deusa d'África se enraíza simultaneamente em múltiplas matrizes poéticas e epistemológicas, estabelecendo conexões não hierárquicas com as obras de Noémia de Sousa e Paulina Chiziane. Nesse sentido, sua escrita não sucede essas autoras em uma lógica evolutiva, mas se entrelaça a elas, retomando, deslocando e radicalizando elementos que atravessam suas poéticas. Trata-se, portanto, de uma escrita que se organiza por ramificação, contiguidade e expansão, configurando-se como espaço de confluência entre memória ancestral, crítica da colonialidade e reconfiguração cosmológica.

Tal característica se articula à própria constituição da autora como voz literária profundamente implicada nas tensões sociais, culturais e epistemológicas do contexto moçambicano contemporâneo. Sua obra, marcada por uma linguagem intensamente imagética, por uma dicção incisiva e por uma estética da provocação, inscreve-se como prática de enfrentamento às múltiplas formas de violência coloniais, patriarcais e epistêmicas, ao mesmo tempo em que projeta outras possibilidades de existência. Nesse sentido, sua escrita não apenas tematiza o conflito, mas o incorpora como princípio estruturante, fazendo da poesia um espaço de tensão permanente, como se observa no poema a seguir (2014, p. 49):

Quando o Céu Abrir

Jorrando lágrimas aos seus utentes
Desvirginando terras Africanas
Engravidando solos estéreis
A natalidade ascenderá
Como a mortalidade crescente
E a criminalidade concomitantemente
Nossas entranhas avultar-se-ão de paixão
Só para contemplar a deslumbrância do seu azul sorriso
E emigraremos para com ele morarmos
E uma grande história de amor vivermos
As mães poderão ter de volta
Seus filhos que os abortaram
E como sanção poderão
Tornar-se gestoras de orfanatos.
E as aves que abandonaram ovos chochos
Poderão chocar os dos répteis.
O mundo poderá diminuir as choldras
Poderão falir os canais televisivos
E ascenderem as livrarias em tautocronia as bibliotecas
Trazendo-nos os verdadeiros toltecas
Do Herberto Helder.

Neste poema, a dimensão apontada se explicita desde a imagem inaugural – “Jorrando lágrimas aos seus utentes / Desvirginando terras africanas / Engravidando solos estéreis” –, que instaura uma cosmologia em movimento, na qual criação e violência, fertilidade e ruptura, coexistem de forma indissociável, revelando uma dinâmica que tensiona aquilo que, em termos ecofeministas, poderia ser compreendido como ética relacional. Se, em uma perspectiva como a de Plumwood (1993), a interdependência busca reconfigurar relações não hierárquicas entre os seres, em Deusa d’África essa interdependência aparece já ferida, marcada por assimetrias históricas e por uma ruptura que impede sua realização plena, exigindo, portanto, não apenas reconhecimento, mas reordenação.

Diferentemente da expansão harmônica observada em Sultuane, e mostrada a seguir, aqui o cosmos se apresenta como campo de forças em disputa, no qual a produção da vida implica, simultaneamente, a intensificação da morte – “A natalidade ascenderá / como a mortalidade crescente”. A existência, portanto, não se organiza sob o signo da harmonia que pretende organizar um mundo vítima de [neo]colonizações e guerras, mas dessa tensão constitutiva e indissociável. Entendo que a intensificação da morte e da destruição no poema pode ser aproximada da noção de necropolítica proposta por Achille Mbembe (2018), na medida em que evidencia regimes de poder que determinam quais vidas podem ou devem morrer. Contudo, em Deusa d’África, essa lógica é ampliada para o plano cósmico, revelando que a violência colonial não incide apenas sobre corpos humanos, mas sobre a própria dinâmica da vida no mundo.

É precisamente nesse ponto que a dimensão rizomática de sua poesia se torna mais evidente. De Noémia de Sousa e de Paulina Chiziane, Deusa d’África retoma a inscrição do corpo na terra e a centralidade da ancestralidade, mas deslocando essa continuidade para um campo atravessado por rupturas e desordens, recuperando a crítica à colonialidade do saber e à deslegitimação dos conhecimentos ancestrais, ampliando essa crítica ao projetá-la em uma escala cósmica, na qual as consequências da ruptura epistemológica se manifestam como desequilíbrio global. Sua poesia, assim, não apenas articula essas heranças, mas as tensiona, produzindo uma escrita que opera simultaneamente como memória, denúncia e reconfiguração.

Essa dinâmica se intensifica quando o poema projeta uma lógica de justiça que escapa aos parâmetros jurídicos e racionais da modernidade: “As mães poderão ter de volta / seus filhos que os abortaram / e como sanção poderão / tornar-se gestoras de orfanatos”. Aqui, a noção de responsabilidade se inscreve em uma ética cósmica de reciprocidade, na qual as ações reverberam em múltiplos planos individual, social e natural. Trata-se de uma justiça que não separa humano e mundo, mas que reinscreve ambos em uma lógica de implicação ontológica, na qual toda ação reverbera em múltiplos planos de existência. Nesse sentido, essa justiça cósmica pode ser compreendida como uma resposta à ruptura instaurada pela colonialidade do saber, que, ao separar sujeito e mundo, inviabiliza a responsabilização relacional. Em Deusa d’África, ao contrário, a responsabilidade é sempre expandida, distribuída e inescapável.

Do mesmo modo, ao afirmar que “as aves que abandonaram ovos chochos / poderão chocar os dos répteis”, o poema rompe com as categorias fixas que organizam o pensamento ocidental, propondo uma reconfiguração das relações entre espécies que evidencia a instabilidade das fronteiras entre os seres. Essa instabilidade não é caótica no sentido negativo, mas produtiva, na medida em que abre espaço para outras formas de coexistência.

Essa reorganização atinge também o campo epistemológico, quando o poema anuncia a falência de dispositivos massificadores de informação – “Poderão falar os canais televisivos” – e a ascensão de práticas vinculadas à memória, à leitura e ao conhecimento – “ascenderem as livrarias em tautocronia as bibliotecas”. Tal imagem evidencia que a crítica de Deusa d’África não se limita à relação entre humano e natureza, mas se estende às formas de produção e circulação do saber, reafirmando a necessidade de uma reconfiguração epistemológica mais ampla. Tal reconfiguração implica deslocar o saber de sua centralidade moderna, universalizante e hierarquizante, para reinscrevê-lo como experiência situada, relacional e enraizada nas cosmopercepções afrodoçambicanas. Nesse sentido, a poesia de Deusa d’África materializa o ecofeminismo afrodoçambicano, entendido como um espaço epistemológico e político oriundo das relações que unem mulheres, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade (Ramos, 2025).

No entanto, sua poesia pode ser também compreendida como radicalização do ecofeminismo afrodoçambicano. Se esse ecofeminismo se define como atitude epistemológica fundada na interdependência entre humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade locais, em Deusa d’África essa interdependência não se apresenta como dado, mas como campo em disputa, exigindo intervenção, responsabilização e reordenação.

Desse modo, ao caracterizar sua poesia como rizomática, reconheço que ela não apenas dialoga com as poéticas de Noémia de Sousa e Paulina Chiziane, mas as rearticula em uma rede de conexões que intensifica suas tensões e amplia suas possibilidades. Sua escrita, assim, não encerra o percurso aqui traçado, mas o complexifica, evidenciando que o ecofeminismo afrodoçambicano não se configura como um sistema fechado, mas como um campo aberto, múltiplo e em constante transformação, cuja própria instabilidade revela que o conhecimento não é fixo nem universal, mas atravessado por disputas históricas, epistemológicas e ontológicas. É nesse sentido que a poesia de Deusa d’África não apenas amplia o ecofeminismo afrodoçambicano, mas o radicaliza, ao evidenciar que a relação entre humano e mundo não pode ser pensada fora das tensões produzidas pela colonialidade e das possibilidades de sua reconfiguração.

É nesse movimento que a poesia de Deusa d’África se afirma como desdobramento crítico desse percurso, consolidando o ecofeminismo afrodoçambicano como atitude epistemológica que não apenas compreende o mundo, mas intervém nele, reconfigurando suas relações, tensionando suas estruturas e abrindo espaço para outras formas de existir, conhecer e coexistir.

O sujeito como cosmos: implicação e reexistência em Sónia Sultuane

Se, em Noémia de Sousa, a existência se inscreve na continuidade entre corpo, terra e ancestralidade, e, em Paulina Chiziane, essa continuidade é tensionada pela violência da colonialidade do saber, sendo, em Deusa d'África, radicalizada como campo de conflito, insurgência e reordenação do mundo, na poesia de Sónia Sultuane observa-se um deslocamento significativo no modo como essa rede de relações é elaborada. Não se trata, aqui, de uma continuidade linear ou de um aprofundamento progressivo dos eixos anteriores, mas de uma inflexão que reconfigura o campo de problematização, deslocando o centro da enunciação do plano da tensão histórica para uma dimensão ontológica que não ignora a colonialidade, mas a contorna e a desarticula ao propor modos de existência que escapam às categorias que a sustentam.

Diferentemente de Noémia de Sousa, Paulina Chiziane e Deusa d'África – cujas obras, embora distintas, mantêm uma relação mais direta com a historicidade, com a denúncia e com a explicitação das violências estruturais –, a poesia de Sultuane opera um afastamento relativo desses eixos não como recusa, mas como deslocamento estratégico, na medida em que a crítica deixa de operar diretamente sobre os efeitos da colonialidade para incidir sobre seus fundamentos ontológicos e epistemológicos.

Esse deslocamento, no entanto, não deve ser compreendido como esvaziamento crítico, mas como reconfiguração da própria ideia de criticidade. Se, em Sousa, em Chiziane e em Deusa, a crítica se manifesta, em diferentes graus, por meio da explicitação da violência, seja pela afirmação da ancestralidade frente à opressão, pela denúncia da colonialidade do saber ou pela dramatização das tensões e rupturas do mundo, em Sultuane ela se realiza por via ontológica, ao desestabilizar as bases epistemológicas que sustentam a separação entre sujeito e mundo. Trata-se, portanto, de uma crítica que não se dá pela nomeação direta da violência, mas pela dissolução dos pressupostos que a tornam possível, abrindo espaço para a emergência de outras formas de relação, de sensibilidade e de conhecimento.

No poema “Sou os olhos do Universo” (2017, p. 13):

Sou os olhos do Universo,
a boca molhada dos oceanos,
as mãos da terra,
sou os dedos das florestas
o mar que brota do nada,
sou a liberdade das palavras quando gritam e rasgam o mundo,
sou o que sinto sem pudor,
sou a liberdade de mãos abertas, agarrando a vida por inteiro
estou em milhares de desejos, em milhares de sentimentos
sou o cosmos
vivendo em harmonia na roda das encarnações.

A voz poemática afirma: “sou os olhos do Universo, / a boca molhada dos oceanos, / as mãos da terra, / sou os dedos das florestas”. Essa enunciação instaura uma cosmoética poética, na qual o sujeito se constitui como campo de implicação entre múltiplas formas de existência, materializando aquilo que proponho como ecofeminismo afrotoçambicano, no qual humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade não apenas se relacionam, mas se constituem mutuamente em um mesmo circuito vital e epistemológico (Ramos, 2025).

Esse movimento pode ser compreendido, à luz do ecofeminismo afrotoçambicano como atitude epistemológica. Se esse ecofeminismo se define pela centralidade das cosmocepções que articulam humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade em um mesmo ciclo vital e sagrado, é possível afirmar que, em Sultuane, essa articulação deixa de ser apenas reconhecida ou defendida para ser plenamente incorporada como forma de existência. O sujeito não apenas pertence ao mundo, mas se torna mundo, dissolvendo as fronteiras que sustentam a lógica moderna de exterioridade e objetificação, condição fundamental para a exploração e dominação tanto da natureza quanto de corpos historicamente subalternizados.

Contudo, é precisamente nesse ponto que se instaura uma tensão produtiva no interior do corpus analisado. Ao se afastar das marcas mais explícitas de historicidade e de denúncia, a poesia de Sultuane pode, em uma leitura inicial, parecer menos engajada ou menos incisiva do ponto de vista sociopolítico. Essa impressão, entretanto, revela mais sobre as expectativas críticas herdadas de uma tradição que privilegia a denúncia direta do que sobre a efetiva potência de sua escrita. Ao deslocar a crítica para o plano ontológico, Sultuane não a enfraquece, mas a radicaliza, na medida em que atinge o núcleo epistemológico da modernidade ocidental: a separação entre sujeito e objeto, humano e natureza, cultura e mundo.

Nesse sentido, sua poesia pode ser compreendida como uma forma de insurgência silenciosa, que não confronta diretamente o sistema colonial, mas o desarticula em seu nível mais profundo, ao propor um modo de existência que inviabiliza as categorias ontológicas e epistemológicas que sustentam a colonialidade do saber. Além disso, esse deslocamento implica também uma reconfiguração do papel do sensível na produção do conhecimento. Ao declarar “sou o que sinto sem pudor” e “sou a liberdade das palavras quando gritam e rasgam o mundo”, o poema inscreve o sentir como dimensão epistemológica central, desestabilizando a primazia da racionalidade abstrata que estrutura o pensamento ocidental. Nesse ponto, insisto que as poéticas afrotoçambicanas produzem um conhecimento que é simultaneamente ético, estético e espiritual, no qual o sensível não é complementar, mas constitutivo do saber.

Dessa forma, a poesia de Sultuane introduz uma camada adicional de complexidade ao ecofeminismo afrotoçambicano, ao evidenciar que essa epistemologia não se constrói de maneira homogênea, mas a partir de múltiplas inflexões, deslocamentos e estratégias. Se, em Noémia de Sousa, encontramos o fundamento ontológico da continuidade, e, em Paulina Chiziane, a explicitação da ruptura colonial, em Sultuane assistimos a uma reconfiguração que, ao mesmo tempo em que se afasta das formas mais diretas de

crítica, radicaliza o questionamento epistemológico ao propor um modo de existência que escapa às estruturas da modernidade ocidental.

Desse modo, o ecofeminismo afromoçambicano, tal como aqui concebido, não pode ser entendido como um campo coeso e linear, mas como um espaço de tensões e heterogeneidades, no qual diferentes poéticas elaboram modos diversos de enfrentar, contornar ou reconfigurar a colonialidade do saber. É precisamente nessa pluralidade que reside sua potência, na medida em que evidencia que a crítica à modernidade não se dá apenas por confronto direto, mas também pela invenção de outras formas de existir, sentir e conhecer, formas que, como em Sultuane, operam pela expansão do sujeito e pela reinscrição da vida em sua dimensão cósmica e interdependente.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar que o ecofeminismo afromoçambicano, tal como se manifesta nas poéticas de Noémia de Sousa, Paulina Chiziane, Deusa d'África e Sónia Sultuane, não se configura como um campo temático centrado na representação da natureza, da mulher ou do corpo, mas como uma atitude epistemológica que emerge de cosmopercepções situadas, nas quais humano, natureza mais-que-humana, ancestralidade e espiritualidade se constituem em um mesmo circuito vital e relacional. Nesse sentido, a literatura analisada não apenas tematiza essas relações, mas produz conhecimento a partir delas, instaurando modos de leitura e de existência que desafiam a lógica fragmentária da modernidade ocidental.

A análise evidenciou que, em Noémia de Sousa, delinea-se uma ontologia da continuidade, na qual corpo, terra e ancestralidade não se separam, instaurando um regime de conhecimento fundado na implicação e na pertença. Em Paulina Chiziane, essa continuidade é atravessada pela colonialidade do saber, que institui hierarquias epistemológicas e deslegitima formas ancestrais de conhecimento, ao mesmo tempo em que evidencia sua persistência como saber resistente e necessário. Já em Deusa d'África, essa ruptura se intensifica, projetando-se em escala cósmica como tensão, desordem e exigência de reconfiguração, evidenciando que a violência epistemológica incide não apenas sobre os corpos, mas sobre o próprio mundo. Por fim, na poesia de Sónia Sultuane, observa-se uma inflexão que desloca a crítica para o plano ontológico, propondo uma reexistência fundada na dissolução das fronteiras entre sujeito e cosmos, na qual conhecer, sentir e existir se tornam dimensões indissociáveis.

Esse percurso permite afirmar que o ecofeminismo afromoçambicano não se organiza de forma linear ou homogênea, mas como um campo múltiplo, atravessado por tensões, deslocamentos e reconfigurações, no qual diferentes poéticas elaboram estratégias diversas de enfrentamento à colonialidade do saber, ora pela afirmação da continuidade, ora pela denúncia da ruptura, ora pela radicalização do conflito, ora pela reinvenção ontológica. Trata-se, portanto, de uma epistemologia da implicação, na qual o conhecimento não se funda na separação entre sujeito e objeto, mas na

inserção do sujeito em uma rede ampliada de relações que envolve o humano e o mais-que-humano.

Ao dialogar com formulações ecofeministas afromoçambicanas, evidencia-se que há convergências importantes, especialmente no que se refere à crítica às dicotomias modernas e à afirmação da interdependência entre os seres. No entanto, a leitura das poéticas moçambicanas permite afirmar que, no contexto do Sul global, essa crítica não pode ser dissociada da colonialidade do saber, que instituiu tais dicotomias como universais e deslegitimou outras formas de conhecimento. Nesse sentido, o ecofeminismo afromoçambicano não emerge como derivação das teorias produzidas no Norte global, mas como um campo epistemológico próprio, que tensiona, desloca e amplia essas formulações.

Assim, o ecofeminismo afromoçambicano, tal como aqui proposto, não se configura como um conjunto de temas – natureza mais-que-humana, mulher, corpo –, mas como uma atitude epistemológica, isto é, um modo outro de conhecer, sentir e existir no mundo, que rompe com a lógica colonial, antropocêntrica e dicotômica. Trata-se de uma epistemologia que não parte da separação para chegar à relação, mas que se constitui, desde sempre, como relação, implicação e continuidade.

É nesse deslocamento que reside sua potência: não apenas em denunciar as rupturas impostas pela colonialidade do saber, mas em evidenciar a existência de cosmopercepções que nunca se organizaram a partir dessas rupturas. Ao fazê-lo, essas poéticas não apenas resistem, mas propõem modos outros de existência, nos quais conhecer é pertencer, é implicar-se e é reconhecer que toda forma de vida está inscrita em uma rede de relações que não pode ser fragmentada sem que se comprometa a própria possibilidade de existência.

Referências

ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. In: *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2017, vol.25, n.2, p.909-934. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/18069584.2017v25n2p909> >. Acesso em 4 de abril de 2023.

CHIZIANE, Paulina. *O Canto dos Escravizados*. Nandyala, Belo Horizonte, 2018.

D'ÁFRICA, Deusa. *A voz das minhas entranhas*. Maputo: Ciedima, Ltda., 2014.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PLUMWOOD, Val. *Feminism and the mastery of nature*. London; New York – USA: Taylor & Francis e-Library, 1993.

RAMOS, Joranaide Alves; FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. Terra, corpo e voz como territórios de r-existência[s]: uma leitura de *Sangue Negro*, de Noémia de Sousa, e do projeto de moçambicanidade. In: *ABRIL – Revista do NEPA/UFF*, Niterói, v. 15, n. 31, p. 163–176, jul./dez. 2023.

RAMOS, Joranaide Alves. *Entre lua, água e terra: a poética do ecofeminismo afromoçambicano em Sónia Sultuane e Deusa d'África*. 2025. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

SOUSA, Noémia de. *Sangue Negro*. São Paulo Kapulana, 2016.

SULTUANE, Sónia. *O lugar das ilhas*. Maputo, Moçambique: Fundação Fernando Leite Couto, 2021.

Recebido em: 27/04/2026

Aceito em: 13/07/2026